

Título do Livro: **Pluriatividade, Pobreza Rural e Políticas Públicas: Uma análise comparada entre Brasil e União Européia.**

BNB Teses e Dissertações; n. 11. 2008. 284p.

Autor: Carlos Alves do Nascimento.

Resenha do Livro.

Marcelino de Souza¹

O livro de Carlos Alves Nascimento que agora vem a público é produto modificado da sua tese de doutoramento defendida no Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), no ano de 2005, intitulada “Pluriatividade, Pobreza Rural e Políticas Públicas”. A temática escolhida pelo autor, ainda que possa parecer bastante explorada do ponto de vista acadêmico, é tratada de uma forma bastante singular em relação aos outros autores que se debruçaram sobre o assunto utilizando a mesma base empírica.

Esta base empírica é principalmente, mas não somente, a Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios - PNADs, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, a qual serviu para outros tipos de análises anteriores, particularmente o Projeto RURBANO. Este projeto foi desenvolvido por um conjunto amplo de pesquisadores de várias regiões do Brasil durante o final da década dos anos 90 e em anos posteriores, sendo coordenado pelos professores da UNICAMP José Graziano da Silva e Rodolfo Hoffmann. O mesmo se compôs de 3 fases e começou a ser desenvolvido a partir da divulgação pelo IBGE dos microdados das PNADs o qual tornou possível realizar uma nova caracterização da população residente no meio rural brasileiro. Essa pesquisa e sua base metodológica permitiram a elaboração de diversos relatórios e publicações com muitas informações importantes sobre as transformações recentes no rural brasileiro, particularmente a presença de atividades não-agrícolas, as quais possibilitaram a redefinição das políticas públicas tomando em conta essa nova realidade.

Ao lermos o conjunto de publicações resultantes daquele período quase poderíamos dizer que pouca coisa se poderia acrescentar a tudo que já havia sido dito. Mas, a re-leitura dos dados empíricos e das bibliografias produzidas pelos diversos autores é muito revelador que algum acadêmico tinha que se deter novamente sobre o assunto e aprofundar a análise, porque os dados empíricos, ao serem confrontados com outras literaturas ainda tinham muito para mostrar, sob uma nova ótica. Desta forma, o argumento e os resultados apresentados no livro de Carlos Alves Nascimento podem ser considerados o **remate** do projeto RURBANO e de todas as atividades de pesquisa que contou com a nossa participação ativa.

¹ Professor Adjunto do Departamento de Ciências Econômicas e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: marcelino.souza@uol.com.br

A questão central exposta no livro é a necessidade de introduzirmos o contexto “político”, especialmente as políticas agrícolas, na análise da evolução da pluriatividade nas regiões Nordeste e Sul do Brasil, levando-se em consideração o descaso histórico das políticas agrícolas no que diz respeito ao segmento da agricultura familiar. Ou seja, a principal virtude da pesquisa foi trazer para discussão uma explicação de caráter estrutural e institucional da presença e crescimento (ou decréscimo) da pluriatividade em duas regiões de predominância da agricultura familiar no Brasil, afastando as hipóteses que a trata (pluriatividade) como sendo meramente de caráter conjuntural. Trata-se também de um grande esforço acadêmico de abordar o assunto e inserir esta questão, de forma mais ampla, na elaboração e implementação de um *novo modelo* de desenvolvimento rural no Brasil.

Para realizar tal empreendimento o autor faz uma releitura das principais bibliografias produzidas sobre o assunto e questionará o argumento que postula que *a pluriatividade pode ser explicada através das estratégias das famílias (atores sociais)*, ou seja, dinâmicas *microsociais*. Refuta também a hipótese de que a pluriatividade possa se constituir em reações das famílias às transformações econômicas do entorno rural, situações estas que evidentemente podem acontecer. Mas, também critica aqueles que apontam que a mesma é resultado das transformações no ambiente externo sobre as decisões familiares. Contra argumenta que a garantia da persistência e o crescimento dos casos de pluriatividade “não serão simplesmente especificidades intrínsecas a cada região e/ou as decisões internas das famílias desprovidas de estímulos externos para tal”, tampouco é “um resultado automático decorrente de transformações das economias locais provocadas pelo progresso técnico e da reação das famílias rurais a tais transformações”. Para o autor, a explicação reside no *elemento político* para a compreensão da pluriatividade na Região Sul, e o elemento *pobreza* para a presença e evolução da pluriatividade na região Nordeste do Brasil.

O autor inicia analisando a situação do que ele denomina de “crescimento sustentável” da pluriatividade na União Européia (UE) indicando o que se apresentará como tese central da sua pesquisa, ou seja, que a presença de uma forte regulação estatal é um dos componentes mais importantes da Política Agrícola Comum (PAC) e que a pluriatividade é uma “construção política”. Isso é demonstrado através da apresentação de um conjunto de dados e informações pesquisadas e que foram meticulosamente registradas e analisadas pelo autor. Finalizando o primeiro capítulo o autor destaca o quanto a ação do Estado na União Européia, sendo o principal organizador do setor agrícola, pode se contrapor a uma lógica de *auto-regulação de mercado*, ou seja, a importância das políticas públicas específicas direcionadas a evitar o abandono das atividades agrícolas tradicionais dos agricultores familiares, simultaneamente lhes

proporcionando oportunidades de ocupação em outras atividades (não-agrícolas) no campo. Mas, o que merece maior destaque no texto é a crítica do autor à transposição simplificada da idéia do crescimento da pluriatividade na agricultura familiar, da bibliografia internacional para o contexto brasileiro, com o quase total desprezo do Estado no papel de *policy maker*.

No segundo capítulo do livro o autor realiza uma breve incursão sobre a elaboração e a implementação da principal política agrícola ocorrida no Brasil nos últimos anos. Neste sentido, defende que a política agrícola conduzida desde os anos 1960 e financiada pelo Estado brasileiro através do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) se, por um lado, criou as condições para o crescimento da pluriatividade nas regiões onde ela se difundiu de maneira mais efetiva, de outro, se constituiu em empecilho ao seu pleno crescimento. Constata que mesmo após a efetivação em meados dos anos 1990 do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), o mesmo reproduz, de certa maneira, a idéia e as condições da chamada “modernização dolorosa” da agricultura. Ou seja, a principal política dos anos 1990 direcionada aos agricultores familiares não toma em conta adequadamente a necessidade de fomentar a pluriatividade no campo estando presente na sua própria concepção uma tipologia de agricultores bastante equivocada. Como o próprio autor destaca este Programa “logo na sua origem, na sua formulação, exclui do seu horizonte de atuação uma expressiva parcela de produtores familiares considerados *irrecuperáveis* para o mercado: os agricultores familiares *periféricos*”. O capítulo mostra como o Estado brasileiro se apresenta muito indiferente à possibilidade de incorporar a pluriatividade como instrumento de desenvolvimento rural no Brasil, tanto através do SNCR, quanto através do PRONAF. Aí se apresenta claramente a distinção entre a política pública efetuada pela União Européia e aquela conduzida no Brasil. A primeira teve a preocupação explícita de apoiar a preservação também de estruturas consideradas ineficientes ou com baixa competitividade à luz do critério de mercado. A segunda, aquela realizada no Brasil, em suas duas vertentes, resultaram em instrumentos que foram bastante excludentes quanto ao objetivo de atender aos agricultores familiares brasileiros tendo em vista uma política efetiva de desenvolvimento rural.

Já nos capítulos três e quatro é apresentado o resultado da comparação inter-regional (Nordeste e Sul do Brasil) da pluriatividade na agricultura familiar através de um conjunto de dados empíricos. Nestes capítulos o autor evidencia um aspecto sumamente importante para todos aqueles interessados nesta temática: “não basta a família agrícola se tornar pluriativa para deixar de ser pobre; *tem de se tornar pluriativa numa região não pobre ou menos pobre*”. Ou seja, no Nordeste, o enfrentamento às condições de pobreza por parte das famílias rurais leva-as irremediavelmente às novas fontes de ocupação e rendimentos de setores de atividades de

baixo dinamismo econômico. Neste caso, tanto a pluriatividade considerada intersetorial ou **virtuosa** como a **tradicional** (por já ser conhecida e apresentada na literatura) no Nordeste não evita a combinação, na maioria das vezes, entre proletarização e empobrecimento.

Além disso, destaca que se na região não-pobre ou menos pobre houver um predomínio de um modelo que seja excludente dos agricultores familiares e, se, na região de ocorrência puder se constatar a presença de redes urbanas com economias dinâmicas espalhadas pelo território regional, as famílias agrícolas (pobres ou não) apresentarão a tendência de proletarização, tornando-se famílias não-agrícolas em vez de famílias pluriativas. E é exatamente essa situação que se evidencia na maior parte da região Sul do Brasil. Na ausência ou incapacidade do Estado brasileiro de promover políticas públicas preocupadas com a contenção do abandono da atividade agrícola tradicional, por parte dos agricultores familiares, se induz à transformação destas famílias em não-agrícolas como também em famílias de não-ocupados.

No último capítulo são apresentados os fatores para o abandono da atividade agrícola, quais sejam: a) difusão dos hábitos e necessidades urbanos, principalmente através dos meios de comunicação; b) a crescente dificuldade de manter uma atividade agrícola remuneradora; c) a existência de longos períodos de crise no setor agrícola; d) a presença de entornos rurais ou economias locais dinâmicas, proporcionando oportunidades de inserção ocupacional em outros setores econômicos; e) descaso histórico do Estado, o que se torna visível na não consecução de políticas públicas, especialmente destinadas ao segmento da agricultura familiar. Mas, a causa mais provável da ocorrência desta queda reside na existência de uma agricultura capitalista que é organizada incontestavelmente pela suposta *mão visível* do mercado, ou seja, o modelo agrícola largamente difundido em toda região Sul do país, levou a uma crescente agudização das contradições já existentes, principalmente durante a década dos anos 90. Este modelo privilegiou a perseguição de políticas de desenvolvimento que visavam a multiplicação de escalas privadas impondo uma concentração espacial e técnica da produção agrícola que, associado ao pequeno dinamismo econômico de muitos municípios rurais, resultou na diminuição do universo da agricultura familiar rural e da pluriatividade.

A análise do livro em seu conjunto aponta para uma nova perspectiva de compreensão do pluriatividade no contexto da agricultura familiar. Mas, principalmente se constitui numa importante contribuição, sobretudo para aqueles que estão preocupados em buscar análises que não apresentem os vieses das leituras apressadas da literatura internacional, como também que contemplem a necessária contextualização para o caso de países que, de forma lenta procuram encontrar o caminho equilibrado para o processo de desenvolvimento econômico e social.

Aceito em: 05/05/09